



1 **ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE JUVENTUDE DO**
2 **ESPÍRITO SANTO.** Ao sexto dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, às 14 horas,
3 através da plataforma virtual Zoom, reuniram-se as/os membras/os do Conselho Estadual
4 de Juventude do Espírito Santo - CEJUVE para sua 17ª Reunião Ordinária, estando
5 presentes no ato as/os respectivas/os conselheiras / conselheiros: a) **REPRESENTANTES**
6 **DO PODER PÚBLICO:** Sterlayne Phachineth Santos Rosseto/SEAG; Fabiana da Silva Araújo
7 Malheiros – Titular/IASES; Fabricia Goeth Barbosa – Titular/SEDH; Wallace Silva Vargas –
8 Titular/SEDU. b) **REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:** Liliana Rodrigues Monteiro –
9 Titular/União Cachoeirense de Mulheres; Cristhiany Miranda Macedo – Titular/JSB; Ramon
10 Matheus dos Santos e Silva – Titular/ FEJUNES; Kamilla Vieira de Moura / CRESS-ES; Edson
11 Junior – Titular/FAMOPES; Gustavo Henrique Negriz de Vasconcelos – Titular/JPDT; Teylor
12 Gonçalves Nunes – Titular/Atlética Multivix; Joyce Juliatti – Suplente/ADNOP; Raissa
13 Correia Rosa – titular/CUT. **CONVIDADAS/OS:** Sandra Mara Pereira – IJSN; Antônio Marx –
14 Comitê. **ORDEM DO DIA: 1ª PAUTA** – Informes; **2ª PAUTA:** Acompanhamento e
15 Monitoramento dos CRJ'S. **3ª PAUTA:** Apresentação do Comitê Estadual em Direitos
16 Humanos. **4ª PAUTA:** Comissão para Pacto pelas Juventudes.

17 **1ª PAUTA: Informes:** O Presidente iniciou a reunião agradecendo presença de todos, e
18 falou sobre os pontos de pauta, Raissa colocou uma questão para ser tratar na plenária,
19 falou como foi a reunião da FETAS (movimento sindical) de quem esta assumindo a
20 secretária e ela (Raissa) da Juventude e a Thisa sai e ai eu assumo (Raissa), porem
21 também sou secretária adjunto da Juventude, a duvida seria se eu poderia está
22 apresentando outra pessoa da FETAS ou um jovem ou teria que ser eu mesma (Raissa)?
23 Ramon falou que no caso a FETAS pode indicar outra pessoa e não e obrigatório fazer isso
24 mais que não tem problema, porque a entidade tem autonomia para manter o quadro de
25 conselheiro e se quiser indicar outra pessoa a entidade tem autonomia; Raissa falou que
26 entendeu e agradece; Ramon colocou em regime de votação as atas que foram enviadas
27 junto com a convocatória que foram as do mês de dezembro de 2021 e a de Março de 2022,
28 e todos aprovaram as atas.

29 **2ª PAUTA: Acompanhamento e Monitoramento dos CRJ'S:** Ramon agradeceu a presença
30 da senhora Sandra do IJSN (Instituto Jones dos Santos Neves) que se disponibilizou a esta
31 conosco; A questão do acompanhamento dos CRJ's avia sido uma questão que já aviamos
32 discutidos a um tempo no conselho e que a partir do conhecimento que o Instituto estava



33 fazendo este trabalho nós convidamos a Sandra para esta conosco, e esta compartilhando
34 um pouco do que o Instituto tem feito, e muito importante para nós em quanto
35 conselheiros/as, para estarmos cientes do trabalho de acompanhamento de política
36 públicas das Juventudes; Ramon deu a palavra para Sandra; -Sandra deu boa tarde para
37 todos e todas todis e agradeceu o convite, e fez uma apresentação e colocou na tela para
38 acompanhamento, Sandra se apresentou como Sandra Mara Pereira, falou que e
39 funcionaria de carreira do IJSN, e que atualmente está coordenando a área de Estudo Social
40 do Instituto, que e um órgão de pesquisa do Estado, e está coordenando a pesquisa de
41 monitoramento e acompanhamento e avaliação dos centros de referências da Juventude;
42 Sandra preparou uma apresentação falando um pouco do Instituto e da estrutura do LIMAP
43 que e um sistema que realiza o monitoramento e as avaliações no Estado, e depois falou
44 sobre a pesquisa que está em curso ainda e que não foi concluída; e ai foi compartilhado
45 uma apresentação sobre monitoramento e avaliação dos centros de referência das
46 juventudes CRJ's, e Sandra apresentou um roteiro e falou um pouco do IJSN/SIMAPP- Quem
47 somos; - 1) Monitoramento e Avaliação: Definições Importantes, 2) Pesquisa CRJ- em
48 andamento, e apresentou o que e o Instituto Jones dos Santos Neves, e um órgão de
49 pesquisa e também não esta apenas no Governo do Estado e também da Sociedade Civil, foi
50 criado em 31 de Dezembro de 1975(Lei Estadual nº 3.043); Visam-se referência em
51 conhecimento e informação de valor estratégico sobre o Espírito Santo para o Governo do
52 Estado e para a sociedade; Missão –prover e ampliar Conhecimento econômico, social e
53 territorial do ES. Realizando estudo e pesquisas, articulando redes de informação,
54 subsidiando e avaliando as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do
55 Estado; Foi apresentado um estudo como a gravides na adolescência, e outros sobre a
56 Juventude negra no ES. Perfil dos socioeducativos do IASES, outra pesquisa sobre Homens
57 Transexual, mulheres-transexual e travestis da região metropolitana da grande Vitória, 68%
58 das pessoas entrevistadas eram jovens. O site está aberto para todos acessarem estes
59 documentos esta disponível no site do Instituto Jones dos Santos Neves, 3) Publicação do
60 Instituto que são o perfil da pobreza no Espírito Santo, e o outro e a pobreza distribuição e
61 desigualdade de renda; todos estes estudo foi focado no cad-único, e também foi feito com
62 os dados da PINAD, não traz dados dos municípios com os interiores que trabalha com o
63 cad-único; foi falado também do SIMAPP (Sistema de monitoramento e avaliação da
64 política Pública do Estado do Espírito Santo, Lei Estadual nº 10.744/2017 de 05 de outubro
65 de 2017; Uma cultura de monitoramento; Instituto Jones dos Santos Neves Instituto Jones



66 dos Santos Neves Formação inicial para vários servidores – curso ministrado pelo FGV-
67 CILAR; Material de orientação no site do IJSN; ESESP: cursos do eixo monitoramento e
68 avaliação de Políticas Públicas; Percepção da importância das ações por parte das
69 secretarias; - O que é Política Pública? Conjunto de programas, ações e decisões tomadas
70 pelo Governos (Federal, Estadual e Municipal) com a participação direto ou indireta do
71 poder públicos ou privados, são fundamentais para a realização de melhorias para a
72 sociedade, monitorar e avaliar as políticas e essencial para constatar se elas são ou foram
73 capazes de promover mudanças na vida do cidadão, - Monitoramento, coleta e analisar
74 sistematizar e continua de dados sobre uma política para gerar informações sobre seu
75 desenvolvimento e sua implementação - Permite comparar os resultados alcançados com
76 as metas planejadas,- Dá insumo para ajustes e correções a sua implementação, -
77 Monitoramento tem o propósito subsidiar os gestores com informações simples e
78 tempestivas sobre a operação e os efeitos do programa, resumidas em painéis ou sistemas
79 de indicadores de monitoramento (JANNVZZI,2009). Acompanhamento tanto da
80 implementação quanto da operação das políticas públicas, - Foram desenvolvidos
81 instrumentos de coletas que serão usados, continuamente para o monitoramento dos CRJ's,
82 - Foram realizadas 24 entrevistas nos CRJ's, (sendo 12 em Terra Vermelha e 12 em Feu
83 Rosa, - Foram aplicadas até o momento de cerca de 81 questionário para Jovens
84 frequentadores dos CRJ's e também não frequentadores e familiares; - Foram analisados
85 dados preliminares de mais de 500 formulário coletados nos CRJ's para subsidiar processo
86 formativos e de sensibilização sobre o monitoramento com as equipes dos CRJ's, - Foram
87 realizadas 2 formações de alinhamento sobre o monitoramento; - São realizadas reuniões
88 mensais com a equipe gestora da SEDH. – Produtos do monitoramento que trasbordam
89 para os demais CRJ's - Contribuição para aprimoramento da metodologia: - Diretrizes para
90 monitoramento, - instrumentos técnicos de coleta de dados de uso continuam (registros
91 administrativos), - Fluxograma dos serviços - Aprendizado a partir da pesquisa realizada
92 em Terra Vermelha e em Feu Rosa (entrevistas, observação e participantes), - Colaboração
93 na construção do sistema informatizado e oficial dos CRJ's. Sandra – quando eu falo que
94 ouve uma contribuição do Instituto para a própria metodologia isto sem duvida e
95 aproveitando para todos os CRJ's, Foi construído um documento que vai ser chamado de
96 diretrizes de monitoramento, onde traz com oque deve ser preenchido. - Diretrizes de
97 monito0ramento os instrumentos técnicos elaborados, - Fluxograma de serviço do CRJ's
98 segundo metodologia, - Fluxograma do circuito formativo em direitos Humanos seguindo a



99 metodologia, - Fluxograma do PVIDA e PTRAMPO, - Fluxogramas: o fluxograma construído
100 tem como objetivo ilustra os procedimentos e etapas de operacionalização dos serviços
101 ofertados nos CRJ's . O desenho de cada um dos estágios busca facilitar a compreensão dos
102 processos internos sugeridos na metodologia dos CRJ's. – Diretrizes de monitoramento, os
103 instrumentos técnicos elaborados. – Formulário de empréstimos de equipamento ou
104 espaço físico. – Formulário de avaliação de atividades. – Formulário inicial (acolhimento). –
105 Formulário de acompanhamento. – Planejamento de vida (Pvida). - Planejamento de
106 trabalho (Ptrampo). – Formulário do circuito formativo em Direitos Humanos (CFDH). –
107 Planejamento do CFDH. – Avaliação do CFDH pelos jovens. – avaliação do CFDH pelos
108 educadores sociais. – Formulário Inicial. – Objetivo: Registrar informações básicas de todos
109 /as que manifestaram interesse em participar das atividades oferecidas pelos CRJ's. –
110 Justificativa: Garantir informações mínimas para busca ativar os dados inclusive de jovens
111 não participantes ativos. – Questões: Nomes; Documento de Identidade; CPF; Endereço;
112 Formas de Contatos; Raça/Cor; Se comunidade Tradicional; Gênero; Orientação Sexual; Se
113 PCD; Se Estuda; Escolaridade; Renda; Se tem Interesses em Relação ao CRJ's. –Foi feito
114 dados preliminares em (fevereiro de 2022)... Considerações importantes! –Os resultados
115 são preliminares e ainda não permitem conclusões substanciais; - O resultado preliminar
116 apresentado a seguir refere-se a um dos CRJ's que não será identificado, exatamente pelo
117 caráter do quantitativo dão conta do panorama geral, mas não de especificidades e
118 particularidade de cada jovem ou cada CRJ's; - Formulário de acompanhamento; - Objetivo:
119 Complementar informações socioeconômicos do formulário de acolhimento e subsidiar
120 informação sobre a participação no Ptrampo, Pvida e circuito formativo em Direito
121 Humanos. –Preenchimento: - Técnico de referencia responsável pelo acompanhamento dos
122 jovens, Acesso exclusivos da equipe técnica; - Justificativa: necessidade de complementar
123 dados do acolhimento, caracterizar perfil de atendimento; - Questões, dados dos
124 responsáveis e dos jovens, como Nome, Identidade, CPF, Escolaridade da Mãe e do Pai,
125 Característica da Residência e da Família, Se possui Filhos, Se Trabalha, Renda Familiar,
126 Religião, Se já esteve em medida socioeducativo, Encaminhamento interno,
127 Encaminhamento externo, estamos coletando estes dados e preenchendo estes formulários
128 no Google Forms e este formulário gera uma base de dados que pode ser baixado no Excel
129 e enviado para o Instituto Jones mensalmente todos os meses cada CRJ's e monitorado e
130 enviado para o Instituto Jones e este arquivo e base de dados e também chega para a
131 secretaria de Direitos Humanos; - Os instrumentos técnicos visam registra informações



132 importantes para a Política de Juventude (gestores e sociedade civil); - Estamos
133 construindo aqui um projeto coletivo e histórico, de muitas mãos, desejos, erros e acertos...
134 –CRJ- E um espaço de produção de vida para as Juventudes que tem sido sonhada há alguns
135 anos, a partir dos movimentos sociais, de instâncias públicas e do desejo das Juventudes do
136 Estado do Espírito Santo – Uma Responsabilidade Histórica. – Os produtos da pesquisa de
137 monitoramento e avaliação em curso transbordam para ao demais CRJ's. – Precisamos
138 fortalecer a cultura de MPA: o IJSN não consegue abarcar a execução do MPA de todas as
139 políticas do Estado, >Por isto o desenho do SIMAPP. Porque o Instituto Jones sozinho ele
140 não consegue abarcar o monitoramento e avaliação de toda a política pública do Estado, o
141 desenho do SIMAP ele pressupõe que cada secretaria enxerga o monitoramento e
142 desenvolva práticas que amplia cada vez mais este processo de monitoramento e avaliação,
143 foram colocadas algumas fotos para compartilhar com todos, P: se vocês me perguntarem
144 Sandra e os números que você falou? P: Os formulários geram números porque você não
145 está trazendo estes números agora? R: A pesquisa está ainda em curso, P: Mas se vocês
146 estão desde Maio trabalhando e ainda não tem? R: Pra começar a inauguração do CRJ foi ao
147 segundo semestre e se precisa de um acúmulo, optamos por concentrarmos nossos
148 esforços nas várias frentes metodológicas que foi proposto nestes projetos do QUALI
149 quantitativo; e aí vai ouvir ao profissional desde os gestores a equipe, os articuladores os
150 educadores, tem um processo de escuta que envolve em ir a campo e participou de várias
151 formações e algumas oficinas e ficou lá observando, então é um monitoramento que
152 envolve dados tanto quantitativo quanto qualitativo e estamos encerrando esta fase de
153 coleta de dados pelos menus até os dados administrativos eles são de uso contínuo e aí
154 vamos continuar coletando, mais esta ida a campo as entrevistas a aplicação dos
155 questionários e algo que já estamos tentando encerrar agora este mês de Julho de 2022,
156 então ainda não dá para falar de dados e resultados numéricos fechando esta etapa do
157 campo, vamos entregar o análise do banco de dados e gera uma parciais e aí sim já
158 consegue entregar alguns números pra vocês mais isto e mas pra frete e não agora e no
159 relatório final vai ser publicado pra todos com amplo acesso, e aí encerra a pesquisa
160 promovendo um seminário de amplo acesso não só dos envolvidos diretamente como a
161 execução da política e também da sociedade civil que tem interesse na temática, mas agora
162 e só notícias do processo que está em curso não temos ainda dados acumulados; Sandra:
163 aceitei o convite de está com vindo aqui com vocês para compartilhar a metodologia e mas
164 o resultado ainda não temos, e como está adiantado , eu Sandra me coloco a disposição



165 para tirar qualquer duvidas que pode ter ficado sobre tudo que foi mencionado aqui desde
166 o Instituto Jones como em toda a estrutura do Simpi até especificamente o que vocês
167 demandaram, mas que foi o monitoramento dos Centros de Referencias das juventudes; eu
168 Sandra agradeço atenção de todos e pelo convite e me comprometo quando a pesquisa
169 termina se vocês tiverem interesse que agente volte para está detalhando os Resultados e
170 já com números detalhados e com os dados, mas aprofundados se quiserem e só fazer o
171 convite novamente; se não teve nem uma pergunta ou se alguém quiser fazer algum
172 comentário fique a vontade, Kamila agradece a apresentação da Sandra que foi ótima e deu
173 para entender um pouco como está sendo este processo e eu Kamila imagino que seja algo
174 muito, mas amplo que isso que você mostrou muito maior e eu Kamila fiquei como uma
175 curiosidade, esta metodologia de avaliação e de monitoramento dos CRJ's já eram algo que
176 já eram algo que já existia em outra politica ou que vocês já tinham feito no Instituto ou e
177 algo novo? E a onde vocês se inspiram? Sandra – resposta, então Kamila existe alguns
178 conhecimento base sobre monitoramento e avaliação que todos que começa neste processo
179 de avaliação uma politica publica acaba tendo noções comuns. Mas quando se pensa em
180 uma avaliação clássica, se imagina numa pegada mais cronométrica, que e a ideia de avaliar
181 as ações de impacto, só que pra você fazer uma avaliação de impacto precisa ter dados
182 muito especifico para que consiga realizar isto; estes dados pressupõe que possa ter
183 informações que chamamos de grupo de controle, grupo de tratamento, isso e padrão mais
184 conhecido do que seria uma avaliação só que nem sempre se consegue ter isto nas politicas
185 publicas porque cada politica, ela tem uma desenho especifico, então se for pegar uma
186 determinado controle um grupo de tratamento teria que selecionar por meio de sorteio
187 quem será atendido e quem não vai ser atendido dentro dos CRJ's, e quando começou a
188 estudar a metodologia não tinha condições de ser fazer uma avaliação de impacto à não ser
189 que se abra mão da metodologia; porque ela busca exatamente seduzir os jovens para vir
190 pra dentro dos CRJ's e busca todo o trabalho de interação e não dar para pensar assim e se
191 você pensa na logica do jovem que esta na condição de vulnerabilidade não da pra dizer
192 não que você não foi sorteado, que você não vai ser atendido ; então logo diante mão
193 podemos ver ao estudar a metodologia descartar algumas técnicas existentes já de
194 avaliação e meio que tende a olhar para cada politica e dai ver o que e possível executar
195 então este desenho e um desenho que eu Sandra junto com a equipe fizemos este desenho;
196 o projeto de pesquisa foi feito e aprovado pela Fapes e pela Sed mais foi a nossa equipe que
197 propomos tentando adequar ao desenho da politica entendendo que ali uma diversidade



198 de jovens atendido tem uma diversidade de serviço muito grande e também entendendo
199 que tem uma dinâmica que não dar só pra quantificar, então achamos importante ter
200 também uma escuta qualitativa; em termos qualitativo temos entrevista sendo realizadas,
201 tem a observação participante do campo, uma parte da equipe vai até o local e observa,
202 participa das oficinas, que também informação dizendo sobre o Serviço e os dados mais
203 clássicos em qualquer política que se vai avaliar que vai observar você tem que saber se
204 esta adequando ao publico e dentre os serviços que foi planejado, eles estão sendo
205 executados (avaliação e implementação): Existe varias técnicas, cada desenho de avaliação
206 e monitoramento ele acaba sendo único por que ele tenta se aproximarem da politica que
207 esta sendo executado, mais os ferramentais são ferramentais clássica; se perguntar se todos
208 os sociólogos sabe o que é uma entrevista em profundidade? Sim saber, porque foi
209 mobilizada uma entrevista em profundidade porque este processo de implementação de
210 uma política em especifico esta politica de juventude se tem ali vários ruídos possíveis se
211 dando ali no processo de implementação então e interessante saber com o gestor esta
212 vendo este processo e com o técnico esta executando, lidando mais com esta juventude com
213 o que ele está vendo este processo? Como que o jovem esta vendo? Então a entrevista foi
214 mobilizada como ferramenta possível de acessar, estas percepções; não dar para dizer que
215 tem um modelo de monitoramento de CRJ que foi lá e colocou aqui como um uniforme a ser
216 colocado um padrão uma caixa, mas existem ferramentas consagradas de pesquisas que
217 enquanto pesquisadora e com o tempo mobiliza trazendo para contribuir com a leitura
218 deste processo que está em curso aqui; - kamila agradece a resposta de Sandra; - Fabricia
219 também agradece a Sandra à parceria que tem funcionado para os centros e o pessoal
220 estava curioso pra ver o que tinha construído com o Instituto Jones e ver como e
221 importante que subsidiou pra que suplementar e que ainda vai ser importante e
222 fundamental para que consiga também a manutenção destes espaços sustentabilidade
223 desta politica e tudo que temos construído, então foi por isso que agente solicitou que você
224 conseguisse vim hoje para falar um pouquinho que eles possam entender como que o
225 Instituto Jones está em parcerias com os centros, este questionário não são se questionados
226 de burocracia não e só isso são importantes para outras politicas, já né agente consegue
227 identificar vários dados super. Importantes e que era notificado antigamente, ou que visível
228 para o Estado; e agora estamos no processo de provocar mesmo o Estado a pensar; e são
229 várias políticas mesmas a política LGBT se mostrando forte e de raça em fim.

230 **3ª PAUTA: Apresentação do Comitê Estadual em Direitos Humanos:** Apresentação do



231 Comitê Estadual em Direitos Humanos: - Antônio Mary se apresenta; agradeço o convite
232 Antônio que iria ser prever pois já estava com o tempo estourando, o objetivo e apresentar
233 o Comitê Estadual de Educação e Direitos Humanos, um colegiado que e vinculado a
234 secretaria do Estado de Direito Humanos; ele e um colegiado não paritário não e
235 deliberativo e um órgão consultivo e poucas pessoas conhece, como esta ano estamos com
236 a missão de revisar o Plano Estadual de Educação dos Direitos Humanos, nós estamos
237 fazendo este dialogo com os conselhos já fomos em vários conselhos e ai então eu (Antônio)
238 agradeço abertura do espaço aqui para apresentar; para ser bem objetivo vou compartilhar
239 com vocês uma apresentação no POWER POINT, o Comitê Estadual , ele e feito de processo
240 longo de criação foi mais de uma Década, foi conduzido pela Universidade Federal do
241 Espírito Santo, eu (Antônio) sou servidor me chamo Antônio Lopes, também me conhecem
242 como Toninho Lopes, sou já apoie bastante tempo o movimento LGBT mais sou servidor da
243 Universidade Federal do Estado do Espírito Santo, e na universidade conduzia juntamente
244 com o professor Geórgia da filosofia já falecido; nós conduzimos o processo de criação do
245 Comitê que foi ocultado a História e que foi entregue ao Estado em Setembro de 2017,
246 quando o Estado criou o Ato da portaria do Secretário Júlio Pompeu que criou o Comitê
247 Estadual de Educação em Direitos Humanos; ele tem dentre varias finalidades tem duas
248 que são as mas importantes, que e propor monitorar e avaliar a política Estadual de
249 Educação; contribuir para o desenvolvimento e a execução do Plano Estadual ; então a
250 política ela se pauta neste documento que e o Plano Estadual; este documento juntamente
251 com o programa Estadual ele foram construído em 2012 que tivemos um processo amplo
252 de Participação, de representação e foi conduzido na época do então Subsecretário de
253 Diretos humanos (Perey Cipriano) e ai construímos estes dois documento, que precisam
254 ser revistos, ele a cada 5 anos deve ser revisto, o plano e programa foram entregue em
255 2012 mais só foram Publicados em 2014 porque? Porque setores conservadores,
256 retrógrados, bateram de frete pressionaram o Governo na época e ai o Governo cedeu a
257 pressão, e ficou com dificuldades de publicar tanto e que ele não foi publicado nem como
258 decreto pelo Governo, nem muito menos como lei, esta como portaria de assistência Social
259 e Direito humanos, que era á Secretária que existia na época; Estes dois documentos são os
260 dois documentos pilares para a nossa Constituição; o plano Estadual e organizado em 5
261 eixos, 1)Educação básica e Técnica 2)Educação Superior 3)Educação não-Formal / não-
262 escolar 4)Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança 5)Educação e
263 Mídia, para cada um deste eixos encontra uma série de recomendações de proposições



264 para uma efetivação de uma Política de Educação de Direitos humanos; O Comitê Estadual
265 ele tem uma representatividade com já foi falado anteriormente, ele não é paritário ele tem
266 uma estrutura mais leve mas solta do que os conselhos, o comitê ele é mais leve; temos uma
267 série de entidades que são fixas, e que entendemos que tem acentos como por exemplo,
268 Secretária de Estado de direitos Humanos (SEDH), Secretária de Estado de educação (SEDU),
269 Secretária de Estado de Justiça (SEJUS), Secretária de Estado de Segurança e Defesa
270 Social (SESP), Secretária de Recursos Humanos (SEJER) e também tem outras
271 representações a (undimes) que é a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
272 a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DP-ES), ordem dos advogados do Brasil-
273 ES (OAB-ES), Instituições Públicas de ensino superior, Universidade Federal do Espírito
274 Santo (UFES), Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), -Entidades de controle Social,
275 União dos conselhos Municipais de Educação do Espírito Santo (UNCME-ES), Conselho
276 Estadual de Educação (CEE), Todas estas entidades são de assento permanentes; e tem
277 aquelas que são por chamada pública por edital, temos um edital que é permanente ele está
278 a qualquer tempo e qualquer entidades pode solicitar adesão neste Comitê, - Organizações
279 e entidades da sociedade civil habilitada por edital; - Sindicato dos trabalhadores em
280 educação pública do ES-SINDENPES; - Academia de letras de Vila Velha – ALVV; - Instituto
281 Brasileiro – IBRAT; - Congregação Israelita Capixaba – CICAPI; - Aliança Nacional LGBTI+-
282 ALIANÇA LGBT+; - Associação de pais e alunos do Estado do Espírito Santo – ASSOPAES e
283 uma série e outras entidades somos 13 entidades que participaram de seleção pública,
284 seleção simplificadas de um processo bastante simples para que a entidade agregue ao
285 Comitê Estadual; este Comitê ele tem uma plenária que é toda em conjunto de entidades e
286 de órgão, e desta plenária tem uma coordenação executiva e temos comissões temáticas,
287 estas comissões temáticas temos 8 e 5 primeiras segue a estrutura dos eixos e tem 2 outras
288 que foi criada por nós que é a de educação e Cultura, Arte e Folclore e Educação e moradia,
289 são as duas comissões que criamos para agregar, que entendemos que são temas
290 necessários, e aí temos uma coordenação executiva que é composta por; 1: Coordenador (a)
291 Executivo (a); 2: Coordenador (a) Executivo (a) adjunto (a); 3: Coordenador (a) de
292 Secretária Executiva; 5: Coordenador (a) de Formação; 6: Coordenador (a) de Comissão de
293 Educação Básica e Técnica; 7: Coordenador (a) da Comissão de Educação Superior; 8:
294 Coordenador (a) da Comissão de Educação não-Formal / não-Escolar; 9: Coordenador (a)
295 de Educação dos Profissionais do Sistema de Justiça; 10: Coordenador (a) da Comissão de
296 Educação dos Profissionais de Segurança Pública; 11: Coordenador de Educação e Mídia;



297 12: Comissão de Educação e cultura, Arte e Folclore; A missão de 2022 eu(Antônio) já
298 adiantei e avaliar e atualizar o plano Estadual de Educação, este plano ele tem aquele eixos
299 que já missionei e tem varias proposições ; Até o dia 30 de junho de 2022, vamos está
300 juntos com as secretarias fazendo avaliação do plano como ele está atualmente,
301 entendemos que até o dia 15 de julho de 2022 elabora-se uma minuta com a nova versão
302 Deste plano, e ai neste período de 15 de Julho á 15 de setembro vamos poder encaminhar
303 para a consulta pública e vamos encaminhar também para todos conselheiros e
304 conselheiras para que voluntariamente lógico que não e uma obrigação do conselho de
305 juventude, mas vamos pedir a colaboração do conselho pra que estes conselheiros tenham
306 oportunidade de olhar e de contribuir com a avaliação deste plano Estadual de Educação
307 em Direito Humanos; então a minha apresentação praticamente e esta pra dizer da
308 existência do nosso com Comitê Estadual e também já anunciar a revisão deste Comitê e já
309 previamente convida-los, até contar com colaboração de vocês como conselheiros/as pelo
310 olhar crítico sobre as proposições e que certamente vão dar muita contribuição valiosas e
311 significativas pata a construção e melhoria deste importante documento que e o Plano
312 Estadual de Educação em Direitos Humanos; Quem não conhece faço o convite para desde
313 já conhecer este documento que está na página da Secretária de Direitos humanos á
314 disposição, e me coloco á disposição também se tiverem alguma dúvidas; - Kamila falou que
315 queria fazer uma pergunta a Antônio, Primeiro quero agradecer pela sua apresentação; eu
316 kamila fiquei com duas dúvidas, a primeira e quando foi aprovado lá atrás ele foi colocado
317 como a portaria? Existe uma possibilidade de que avance de portaria para lei e como esta
318 isso? Ou ele permanece como portaria? A segunda e curiosidade em saber como que este
319 Plano ele se dar efetivamente nestes casos? Exemplo á Educação dos Profissionais dos
320 Sistemas da Justiça, como que acontece de fato nas Secretárias de Justiças e nas. Unidades
321 prisionais como que chega para estes públicos? Antônio respondeu a primeira pergunta, a
322 nossa expectativa é que este Plano revisto seja Publicado com o decreto, porque ai ele tem
323 uma força maior, ele não fica sobre o jugo de uma Secretária e de um espaço somente, que
324 fique no nível Governamental, a gente espera que seja na forma do antigo decreto, estamos
325 aguardando ainda não tivemos ainda dialogo com o Governador , mas já foi solicitado
326 estamos confiantes que a secretária Nara Borgo vai nus ajudar nesta agenda e ai possamos
327 fazer uma reunião de trabalho e ai afirmar este acordo da publicação do decreto; acho que
328 por ser um ano eleitoral de colocar com o lei; A segunda resposta Kamila infelizmente não
329 tem chegado, e que vamos descobrir agora neste processo de monitoramento que esta



330 sendo feito e no processo de avaliação na qual a secretária de Direito Humanos juntamente
331 com as demais secretárias, e apresentar o que esta sendo executado e o que não foi
332 executado, e ai vamos ter a dimensão e agora com este processo de avaliação; E em tese ele
333 chegaria com a participação neste Comitê, nós somos representante da SEJUS em tese este
334 representam-te ele e um catalizador e um difusor daquele espaço que está representando;
335 mas estamos na segunda gestão do Comitê, ficamos um tempo paralisados não só por causa
336 da pandemia, mas retornamos as atividades estamos com 13 entidades representativas; e
337 que a partir desta revisão tem ai um Plano mas efetivo, mas ele só vai se tornar efetivos
338 com o conhecimento de todos e todas; Fabricia falou que já podemos dar encaminhamento
339 junto com a Kamila para podermos unir na comissão e podemos pensar de que forma
340 podem potencializar e se aproximar nestas relações, que tem as nossa comissão de Direitos
341 Humanos e permanente no nosso conselho; Antônio então achou que podemos tomar
342 partidos e que já tem atuado muito principalmente no IASES neta perspectiva que e bem
343 Histórico pra gente, este movimento no momento que estamos construindo nesta atual
344 gestão e ai então retornar com este Encaminhamento para que seja nosso ponto na
345 comissão e ai vamos despachando e entrando em contato, Wander tem o seu contato e
346 também você pode deixa do chat e ai vai deixar registro do em ata, e vamos vendo qual
347 pode ser a possibilidade que vão surgindo, que trabalhando em conjunto; Antônio falou que
348 Wander e o secretário executivo maravilhoso e competentíssimo e que ele pode ser sim a
349 ponte. Estou colocando o meu contato no chat e que esta a disposição de todos e, mas uma
350 vez muito obrigado;

351 **4ª PAUTA: Comissão para Pacto pelas Juventudes:** Comissão para Pacto pelas
352 Juventudes: Fabricia sugeriu que o próximo ponto de pauta fique para a próxima reunião
353 por motivo de coro que caiu por causa da internet ou puxar uma extraordinária por conta
354 dos prazos que vai ficar muito apertado para a construção do Pacto da juventude e ai
355 retorna com a mesa diretora para avaliar ou entre a extraordinária ou tenta mapear as
356 datas para podermos ver se contempla na próxima reunião, mas acredito que não e ai
357 Gustavo e ou pessoal que esta na plenária pode falar, vou esperar o retorno de todos vocês,
358 Gustavo falou que por ele está tranquilo; O ultimo ponto de pauta vamos esta suprimindo
359 por questão de votação e que o coro não contempla e o que for decidido vai ser
360 compartilhado do grupo referente a extraordinária ou na próxima reunião: Sendo assim
361 serrou a reunião.



362

363

364 **RAMON MATHEUS DOS SANTOS E SILVA**

365 **Presidente do CEJUVE**

366

367 **ANA ALECRIM**

368 **Secretária Executiva de Conselho**

369